NOTA PÚBLICA

Crise climática tem raça e território: CONAQ denuncia impactos do El Niño e exige financiamento direto aos quilombos

Com delegação feminina presente na COP31, na Turquia, o movimento alerta para o racismo ambiental, cobra respostas aos eventos climáticos extremos e defende o Fundo Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola - FUNGTAQ.

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) manifesta profunda preocupação com os impactos da crise climática sobre os territórios quilombolas brasileiros, agravados por fenômenos como o El Niño, que alteram os regimes de chuva, intensificam secas em determinadas regiões e ampliam os riscos de eventos extremos.

Para milhares de famílias, essas transformações já representam ameaças à segurança alimentar, ao acesso à água, à agricultura familiar, à pesca, ao extrativismo e à continuidade dos modos de vida tradicionais. Quando rios secam, plantações são comprometidas e os recursos naturais se tornam escassos, não estão em risco apenas as atividades produtivas, mas também a memória ancestral, os conhecimentos transmitidos entre gerações e o direito de permanecer nos territórios.

A CONAQ denuncia que a invisibilidade das comunidades quilombolas nas propostas legislativas e nas políticas de prevenção, adaptação e enfrentamento dos desastres climáticos evidencia a persistência do racismo ambiental. É inadmissível que povos historicamente responsáveis pela conservação da biodiversidade continuem excluídos das decisões e dos investimentos destinados à proteção do planeta.

Não existe justiça climática quando os territórios que mais precisam de proteção são os últimos a receber recursos e os primeiros a enfrentar as consequências da degradação ambiental.

Da COP31 aos territórios: financiamento climático precisa chegar à base

Neste momento, em que a 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP31) acontece em Antalya, na Turquia, entre 9 e 20 de novembro de 2026, a CONAQ participa das discussões internacionais com uma delegação formada por mulheres quilombolas, levando às negociações as reivindicações, experiências e soluções construídas

nos territórios brasileiros.

Nossa presença nesse espaço reafirma que os povos quilombolas não podem ser reconhecidos apenas como populações vulneráveis. Somos sujeitos de direitos, produtores de conhecimento e protagonistas de estratégias de conservação ambiental, adaptação e enfrentamento da emergência climática.

Defendemos que os compromissos internacionais sejam acompanhados de mecanismos efetivos de financiamento direto às organizações comunitárias, com processos acessíveis, transparentes e adequados às realidades locais. Os recursos destinados à proteção da biodiversidade, à recuperação ambiental, à segurança hídrica e ao fortalecimento da sociobioeconomia não podem permanecer concentrados em estruturas intermediárias, enquanto as comunidades enfrentam barreiras burocráticas que dificultam o acesso aos investimentos.

Autonomia para decidir, gerir e proteger nossos territórios

Como resposta a esse desafio histórico, as comunidades quilombolas, por meio da CONAQ, estão construindo o Fundo Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola - FUNGTAQ, mecanismo próprio de gestão e acesso direto ao financiamento climático, apresentado entre as prioridades políticas da organização para a COP 31.

A proposta busca fortalecer a autonomia das comunidades, a governança territorial e a capacidade de homens e mulheres quilombolas de administrar recursos destinados à proteção ambiental, à adaptação às mudanças climáticas e ao desenvolvimento sustentável, respeitando suas prioridades e formas próprias de organização coletiva.

O fundo representa uma estratégia para enfrentar a desigualdade na distribuição dos investimentos climáticos e contribuir para que as decisões sobre a aplicação desses recursos sejam tomadas com protagonismo das próprias comunidades.

Defendemos que os mecanismos internacionais, incluindo o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), o Fundo Verde para o Clima (GCF), o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), o Fundo de Adaptação e o Fundo para Responder a Perdas e Danos (FRLD), reconheçam as organizações quilombolas como agentes legítimos na gestão dos investimentos, ampliando o acesso direto e reduzindo exigências burocráticas desproporcionais.

O financiamento climático direto não é uma concessão ou favor. É uma condição para garantir autonomia, justiça territorial e uma distribuição mais equitativa dos recursos destinados à proteção do planeta.

Para nós, fortalecer os fundos territoriais quilombolas e comunitários já existentes e, os que possam ser criados, significa dispor de condições que possam fazer as comunidades desenvolver suas próprias estratégias de enfrentamento das secas, recuperação de áreas degradadas, gestão das águas, produção sustentável, conservação da biodiversidade e fortalecimento das economias locais.

Sem território titulado, não há justiça climática

Reafirmamos também que não existe adaptação climática efetiva sem garantia dos direitos territoriais. A titulação dos quilombos é fundamental para assegurar a permanência das famílias, fortalecer a gestão coletiva e proteger os ecossistemas diante da intensificação dos eventos extremos.

Exigimos que o Estado brasileiro incorpore as especificidades quilombolas às políticas de prevenção e resposta aos impactos do El Niño e de outros fenômenos climáticos, garantindo participação efetiva na elaboração, execução e monitoramento dessas medidas.

A COP31 precisa representar mais do que discursos e compromissos internacionais. É necessário transformar reconhecimento em direitos, promessas em investimentos e participação em poder real de decisão.

Enquanto o mundo discute o futuro do planeta, nossos territórios enfrentam as consequências da emergência climática. Não queremos apenas estar presentes nas negociações: exigimos condições concretas para proteger nossas comunidades e assegurar a continuidade de nossos modos de vida.

Sem território protegido, não há justiça climática. Sem financiamento direto, não há transição justa. Sem protagonismo quilombola, não há solução climática efetiva.

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ

Brasília, 11 de novembro de 2026